

ADUNIOESTE
SINDICATO DE DOCENTES DA UNIOESTE
(Seção Sindical do Andes – Sindicato Nacional)
www.adunioeste.org.br

REUNIÃO DO COMITÊ EM DEFESA DO ENSINO SUPERIOR, EM MARINGÁ, INDICA OS PRÓXIMOS PASSOS DA LUTA POR REAJUSTE SALARIAL DOCENTE!

O Comitê em Defesa do Ensino Superior Público do Paraná reuniu-se em Maringá, dia 16 de fevereiro (sábado), para tratar do reajuste salarial docente. As entidades presentes na reunião resolveram encaminhar uma solicitação de reunião do "Grupo de Trabalho para a Revisão da Carreira Docente" com o governo estadual. Tal reunião deve acontecer até o **dia 29 de fevereiro de 2008**, prazo limite para o governo estadual se manifestar quanto a proposta, apresentada em dezembro do ano passado, de revisão da carreira e de reajuste salarial docente.

Além disso, as entidades presentes na reunião do Comitê indicaram a realização de **assembléias de docentes, em todas as universidades**, para o **dia 12 de março** (quinta-feira) com a seguinte pauta: **(a) avaliação do resultado da reunião do grupo de trabalho com o governo; (b) discussão sobre Indicativo de Greve.**

Também foi aprovada a elaboração de um Relatório Informativo a respeito das ações do movimento docente, desenvolvidas durante todo o ano passado, na busca do reajuste salarial. Tal Informativo será distribuído aos docentes de todas as universidades paranaenses com o objetivo de alertá-los que **caso o governo estadual não se pronuncie em relação aos resultados produzidos pelo Grupo de Trabalho e anuncie um índice de reajuste salarial, resta-nos discutir a construção de greve dos docentes de todas as universidades estaduais.**

Transcrevemos, abaixo, o Relatório elaborado pelas entidades presentes na reunião do Comitê em Maringá.

RELATÓRIO DO COMITÊ EM DEFESA DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO DO PARANÁ Maringá, 16 de fevereiro de 2008

BREVE RETROSPECTIVA DO ANO DE 2007

Em meados de dezembro/2006, a Assembléia Legislativa aprovou por unanimidade o projeto de lei nº 542/2006, que propunha a equiparação do piso salarial dos docentes ao dos servidores técnicos de nível superior. Entretanto, ainda em dezembro/2006, o governador Requião vetou tal projeto.

Em março/2007 representantes dos docentes reuniram-se em Curitiba com 3 secretários de estado (SETI, SEAP, SEPL) e com o Líder do Governo na Assembléia Legislativa, Luiz Romanelli, para tratar do reajuste salarial docente. Nessa reunião os representantes do governo informaram que a equiparação salarial entre docentes e técnicos, prevista no Projeto de Lei nº 542/2006, estava descartada. O governo alegava que o Projeto era inconstitucional e, mesmo que os deputados derrubassem o veto, não iria implantar o reajuste proposto. Em contrapartida, o Governo propôs a constituição de um Grupo Técnico, composto por representantes do governo e por representantes dos docentes.

O Grupo Técnico foi instalado dia 14 de março para "fazer levantamento de dados referentes à remuneração dos docentes das IEES". De acordo com o governo, tal levantamento seria o processo prévio à instalação do processo de negociação do reajuste salarial docente. Entretanto, antes mesmo da conclusão dos trabalhos do Grupo Técnico e da "instalação do processo de negociação", a secretária Lygia Pupatto convidou as entidades representativas dos docentes para participarem de reunião em Curitiba, dia 23 de abril, onde anunciou o reajuste salarial de 6,57%.

Em julho, o Governo estadual implantou o reajuste salarial anunciado em abril. Tal reajuste, no caso dos docentes efetivos, foi retroativo a 1º maio. Descontentes com o insuficiente reajuste, que não repunha sequer as perdas inflacionárias acumuladas, os docentes mobilizaram-se para reivindicar um reajuste que equiparasse seus salários aos de outras universidades públicas. O descontentamento dos docentes culminou em paralisação unificada de

advertência em todas as universidades (20 de junho), e indicativo de greve, a ser apreciado em Assembléias Docentes. Em meados de julho a SETI propôs a criação de um Grupo de Trabalho para “discutir a reestruturação da carreira ou outras medidas emergenciais para recompor perdas salariais”.

As Assembléias Docentes foram realizadas dia 1º de agosto e avaliaram a proposta de Indicativo de Greve e de criação do Grupo de Trabalho. A maioria das assembléias rejeitou o indicativo de greve. Somente os docentes da Unioeste e da UEPG deliberaram favoravelmente à greve por tempo determinado. Na Unioeste os docentes paralisaram as suas atividades por três dias e na UEPG por um dia. Na UEL e na UEM os docentes rejeitaram o indicativo de greve e deliberaram pela participação no “Grupo de Trabalho proposto pelo governo”.

No dia 21 de agosto, no mesmo dia da instalação do “Grupo de Trabalho para Revisão da Carreira Docente”, na Unioeste e na Unicentro, os docentes paralisaram as suas atividades para indicar ao Governo a insatisfação em relação à ausência de negociações efetivas para solucionar o problema salarial.

O Grupo de Trabalho encerrou os seus trabalhos somente no dia 18 de dezembro de 2007, com a aprovação de “Relatório Final de Atividades”. Entretanto, os representantes do Governo não aceitaram que no Relatório constasse a definição de um percentual de reajuste ou a determinação de um montante de recursos para custear a revisão da carreira docente. O representante da Seti assumiu o compromisso de encaminhar ao governador a proposta de um piso e de uma malha salarial apresentada pelos representantes docentes e das administrações das IEES como adendo ao Relatório Final.

Em função do posicionamento do governo, os representantes dos docentes e das administrações superiores reuniram-se separadamente e formalizaram como Adendo ao Relatório Final, uma proposta de um novo piso salarial. Solicitaram também que, enquanto o governo não implantasse o novo piso salarial, fosse concedido um abono emergencial proporcional, a partir de dezembro de 2007, ao regime de trabalho de cada docente, no valor de R\$ 600,00 para o regime T-40, para os demais regimes, o valor seria calculado proporcionalmente ao salário-base de cada um.

No dia 18 de dezembro, o “Relatório Final das Atividades do Grupo de Trabalho” foi entregue aos secretários da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Lygia Pupatto; da Administração e Previdência, Maria Marta Lunardon; do Planejamento, Ênio Verri. **Os secretários se comprometeram a analisar o documento na primeira quinzena de janeiro para, posteriormente, encaminhá-lo ao governador Roberto Requião.** A secretária da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Lygia Pupatto, no final da reunião reafirmou o compromisso e o interesse em analisar e encaminhar os resultados do estudo no início de 2008. De acordo com a secretária *“Vamos trabalhar para que isto seja efetivado”*.

2008: A NECESSÁRIA RETOMADA DO MOVIMENTO

O Comitê em Defesa do Ensino Superior Público do Paraná reuniu-se no dia 16 de fevereiro de 2008, em Maringá, e encaminhou uma solicitação de reunião com o governo para tratar do reajuste salarial. Tal reunião deve acontecer até o **dia 29 de fevereiro de 2008**, prazo limite para o governo estadual se manifestar quanto a proposta do Grupo de Trabalho e o reajuste salarial.

Além disso, as entidades presentes na reunião do Comitê indicaram a realização de assembléias conjuntas de docentes para o **dia 12 de março** (quinta-feira) com a seguinte pauta: **(a) avaliação do resultado da reunião do grupo de trabalho com o governo; (b) discussão sobre Indicativo de Greve.**

Assinam:

**ADUEM – ADUNICENTRO - ADUNIOESTE,
SESUDEM – SINDIPROL – SINDUEPG - SINTEOESTE.**